



## **TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:**

um estudo de caso na APAE de Franca/SP

Gabriela Francisca do Couto Betella  
Graduanda em Ciências Contábeis – Uni-  
FACEF gabrielafcoutob@hotmail.com

Helena Squizzato Piassa  
Graduanda em Ciências Contábeis – Uni-  
FACEF helenaspiassa@gmail.com

Jessica Santana Miguel  
Graduanda em Ciências Contábeis – Uni-FACEF  
jessicamiguel0301@hotmail.com

Prof. Dr. André Luís Centofante Alves  
Doutor pela FCHS/UNESP  
andrecentofante@facef.br

### **Resumo**

Os setores da economia estão divididos em três: o Primeiro Setor que é o poder público, o Segundo Setor representado por empresas privadas, e o Terceiro Setor, que é composto pelas entidades sem fins lucrativos. Este artigo apresenta como tema a transparência das informações na prestação de contas das organizações do Terceiro Setor. O Terceiro Setor é composto pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). A fim de demonstrar a importância da contabilidade nas organizações não governamentais, este estudo teve por objetivo analisar as demonstrações contábeis da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) da cidade de Franca/SP, evidenciando a transparência das informações contábeis, por meio das práticas e dos procedimentos na escrituração contábil, analisando se estão de acordo com as normas e os princípios contábeis, mostrando aos interessados as contribuições desta associação à sociedade.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. ONGs. Transparência. APAE Franca.

### **1 Introdução**

Atualmente, a economia encontra-se dividida em três setores, o Primeiro Setor, que engloba os órgãos públicos, o Segundo Setor, que abrange as empresas privadas que visam lucro, e o Terceiro Setor, que compreende as organizações não governamentais sem finalidades lucrativas. O Terceiro Setor vem apresentando crescimento elevado nos últimos anos e tem exercido de forma significativa no Brasil, com o objetivo de atender a demanda social, diante da incapacidade do Estado em suprir tal carência.

É cada vez mais evidente a demanda social na transparência das organizações do Terceiro Setor. Um dos fatores é a existência de fraudações de muitas destas organizações. Para o cientista político Antônio Flávio Testa:

“A fiscalização pode falhar para as ONGs que são apadrinhadas. Para as outras, é rigorosa.” (2011, ONLINE).

A responsabilidade pela transparência das informações das entidades do Terceiro Setor seria o fato das mesmas publicarem seus demonstrativos financeiros na internet, demonstrando credibilidade e podendo divulgar formas para o recebimento de novas doações. Com isso é necessário a divulgação de todas as informações contábeis destas organizações, tendo como consequência maior colaboração tanto do governo quanto da sociedade.

Para que as organizações possam sobreviver elas buscam recursos originados de doações, contribuições de empresas públicas ou privadas para ajudar a manter suas atividades. É importante para essas fontes obterem uma resposta sobre seus investimentos por meio da divulgação clara das informações financeiras. A utilização da internet como meio de divulgação e comunicação tem suas vantagens, como a facilidade, disponibilidade e o baixo custo em publicar as informações online.

Assim, este estudo teve por objetivo analisar as demonstrações contábeis da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) da cidade de Franca/SP, evidenciando a transparência das informações contábeis, por meio das práticas e dos procedimentos na escrituração contábil, analisando se estão de acordo com as normas e os princípios contábeis, mostrando aos interessados as contribuições desta associação à sociedade.

## 2 Terceiro Setor

O Primeiro Setor abrange o poder público, também conhecido como Estado, responsável pelos interesses da sociedade, que por meio de organizações governamentais, entes e órgãos, tem como objetivo efetuar a atividade administrativa visando suprir as necessidades da coletividade. O Segundo Setor são as organizações privadas. Conhecido como Mercado é composto por empresas com interesses lucrativos, sejam elas industriais, comerciais ou prestadoras de serviços. E o Terceiro Setor, composto pelas organizações não governamentais, representado pela sociedade civil, sem fins lucrativos, mas com características privadas.

O quadro abaixo mostra as principais diferenças entre os setores:

SETOR	FINALIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS
1º - Estado	Pública	Público
2º - Mercado	Privado	Privado
3º - ONGs	Pública	Público e Privado

Fonte: Fernandes (1997, p. 27)

O Terceiro Setor surgiu a partir da própria sociedade civil na tentativa de sanear suas necessidades em decorrência da incapacidade por parte do Estado em atender às necessidades sociais da população.

Santos (2008, online), professor da Faculdade de Economia da



Universidade de Coimbra, Portugal, menciona:

Terceiro Setor é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações pode-se mencionar as cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc.

Há várias denominações para designar as organizações não governamentais que compõem o Terceiro Setor, a saber: entidades, institutos, instituições, associações, fundações, creches, asilos, partidos políticos, clubes de serviços ou esportivos, igrejas, qualquer tipo de organização religiosa, cooperativas, santas casas, sindicatos, movimentos sociais, dentre outras, juridicamente constituídas. De modo simples, as organizações que não forem governamentais nem privadas são consideradas organizações não governamentais, as chamadas ONGs.

### **3 Contabilidade no Terceiro Setor**

#### **3.1 Normas e Princípios Contábeis**

Para que haja uma correta transparência na prestação de contas de uma entidade do Terceiro Setor, deve -se sempre elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com as normas e os princípios fundamentais da contabilidade.

Normas e práticas contábeis que são aplicadas às entidades do Terceiro Setor:

- NBC T 10.4 – Fundações (Resolução CFC nº 837/99);
- NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas;
- NBC T 10.16 – Entidades que recebem subsídios, subvenções e doações;
- NBC T 10.18 – Entidades sindicais e associações de classe;
- NBC T 10.19 – Entidades sem finalidades de lucros.

Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade. Os princípios são aplicáveis à contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades.

• Princípio da Entidade: Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.



- **Princípio da Continuidade:** Pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- **Princípio da Oportunidade:** Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas
- **Princípio da Competência:** Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. O Princípio da Competência pressupõe a confrontação de receitas e de despesas.
- **Princípio da Prudência:** Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

### 3.2 Transparência no Terceiro Setor

A transparência e a prestação de contas para as organizações do Terceiro Setor vêm se tornando mais ampla nos últimos anos, a partir da preocupação dos cidadãos e usuários de serviços públicos. Diante disso, faz-se necessário que as organizações prestem conta de suas atividades, buscando a transparência em seus processos.

A mesma está ligada a três conceitos contábeis, os quais são: *Disclosure*, que é a evidenciação e/ou divulgação de informações; *Compliance*, que se refere aos aspectos legais da organização e *Accountability*, que se refere à prestação de contas da devida organização.

A transparência das entidades do Terceiro Setor deve ocorrer por meio da elaboração e divulgação de relatórios de prestação de contas de suas atividades e recursos à sociedade.

A transparência no Terceiro Setor parte do pressuposto de que os recursos colocados à disposição dos gestores devem ser informados de forma sistemática, transparente e de livre acesso por parte de seus financiadores. (FRANÇA, 2007).

A transparência e a prestação de contas não são vistas com a devida importância pelas organizações do Terceiro Setor, uma vez que divulgação dos resultados e demonstrativos contábeis é realizada pela minoria das organizações sociais. (ZITTEI, POLITELO, SCAPIN, 2016).

Em 16 de maio de 2012, entrou em vigor a Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, criando mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.



A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Em 18 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) cobrou dos entes jurisdicionados a adoção de providências para que entidades do Terceiro Setor disponibilizem, em meios eletrônicos, informações sobre o uso dos recursos públicos.

Aos órgãos públicos estaduais e municipais que adotem providências no sentido de que as entidades do Terceiro Setor (OS<sup>1</sup>, OSCIPS<sup>2</sup>, OSCS<sup>3</sup>) destinatárias de recursos públicos cumpram os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos consistentes na divulgação pela via eletrônica de todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal.

A verificação dos itens será incluída nas ações da fiscalização e o descumprimento poderá ensejar a adoção de medidas previstas em lei.

### 3.3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis das Entidades de Interesse Social apresentam um conjunto de termos específicos diferentes das entidades de fins lucrativos. Essas especificidades se localizam no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado.

As receitas e despesas devem ser reconhecidas mensalmente, respeitando os princípios fundamentais de contabilidade, especificamente o Princípio da Oportunidade e da Competência.

As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita, as patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social, e as receitas recebidas para aplicação especificam, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias separadas das demais contas da entidade.

O valor do resultado do exercício deve ser registrado na conta superávit ou déficit enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta patrimônio social.

Segundo o IBRACON (NPC 27), as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de



<sup>1</sup> OS Organização Social é uma qualificação que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade.

<sup>2</sup> OSCIPS Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas por iniciativa privada ou pelo Estado.

<sup>3</sup> OSCS Organização da Sociedade Civil é toda e qualquer instituição que desenvolve projetos sociais com finalidade pública.

usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

As demonstrações contábeis preparadas pelas entidades devem fornecer informações de forma regular, possibilitando o acesso do usuário da informação aos objetivos, estrutura e atividades executadas pelas entidades e proporcionar ao usuário uma apreciação das transações realizadas durante o exercício social.

Conforme descrito pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 10.4 – Fundações e NBC T 10.19 – Entidades sem finalidades de lucros), elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, reconhecem que essas entidades são diferentes das demais, pois os são constituídas sob a forma de fundações públicas ou privadas, ou sociedades civis, nas categorias de entidades sindicais, culturais, partidos políticos, ordem dos advogados, conselhos federais, regionais, clubes esportivos não comerciais e outras entidades enquadradas no conceito do item 10.19.1.4.

O quadro abaixo demonstra as diferenças das nomenclaturas para as entidades sem fins lucrativos:

<b>ENTIDADE COM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS</b>
Capital Social	Patrimônio Social (Item 3.2 da NBC T 10.19)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	Superávit ou Déficit Acumulados (Item 3.2 da NBC T 10.19)
Demonstração do Resultado do Exercício	Demonstração do Superávit ou Déficit (Item 5.1 da NBC T 10.4)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (Item 6.1 da NBC T 10.4)

Fonte: (Flach e Gonçalves, 2013).

### 3.4 Gestão nas Organizações Não Governamentais

Baseado no livro Gestão de Pessoas – O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações (2014) de Idalberto Chiavenato, o século XX foi um período que trouxe mudanças que influenciaram muito as organizações em seu comportamento e sua administração.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo começou a mudar mais rápido e intensamente. As transações comerciais passaram a ser mais constantes desenvolvendo a competição entre as empresas. As organizações



optaram por modelos incentivadores e inovadores transformando e ajustando as mudanças.

Como toda empresa ou organização, planejar, executar e administrar é um processo essencial. A gerência nas empresas visa alcançar objetivos de forma organizacional e de maneira eficiente, para a melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis. Cabe ao gestor analisar a melhor maneira de administrar seus recursos organizacionais. A empresa precisa ter efetividade, que é a capacidade de atender as expectativas do cliente, no caso do estudo relatado, atender de forma mais qualificada os pacientes.

Gerenciar é estabelecer objetivos e alcançar recursos para atingir uma finalidade determinada, a ação do gerente deve ser avaliada para verificar como ele está utilizando seus recursos disponíveis sua capacidade de viabilizar o alcance dos objetivos da organização. Para avaliarmos a gerência, portanto devemos nos valer das mediadas eficiência, eficácia e efetividade. (TENÓRIO, 2006, p. 18).

Organização compreende uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Além de pessoas, as organizações utilizam outros recursos, como máquinas e equipamentos, dinheiro, tempo, espaço e conhecimento. (Maximiano, 1995, p. 25).

A administração visa alcançar objetivos e recursos organizacionais de maneira eficiente e eficaz, mostrando os fatores que determinam e definem as organizações, fazendo compreender que são elas que fornecem os mecanismos para conseguir atender as expectativas da sociedade.

### 3.5 Marketing Social no Terceiro Setor

O termo Marketing Social surgiu na década de 1970, quando Philip Kotler e Gerald Zaltman perceberam que os princípios de marketing estavam sendo usados para vender produtos e também poderiam ser usados para causas sociais, na venda de ideias, atitudes e comportamentos. O consumidor de hoje não quer apenas produtos que satisfaçam suas necessidades, mas que também contribuam para a qualidade de vida em longo prazo, não basta um bom produto com preço adequado, é preciso haver preocupações sociais e éticas. A empresa passa a ter maior cobrança quanto à responsabilidade social e às preocupações éticas na área do marketing.

Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade. (LAS CASAS, 2001, p. 26).

O objetivo principal de Marketing Social é eliminar problemas sociais, relacionados às questões de trabalho, saúde pública, transporte e educação, assim sendo muito utilizado por órgãos públicos e empresas de Terceiro Setor.



O Terceiro Setor é traçado por relevantes contribuições à sociedade brasileira, portanto é de extrema importância as organizações sociais alcançarem mais visibilidade em suas ações, a fim de assegurarem novos investidores para a causa e manterem a sustentabilidade nos projetos.

O marketing é uma técnica para descobrir as necessidades do consumidor e se entregar o que ela quer, seja criando, seja adaptando. E nesse ponto surge outra noção que acredito: necessidades não são criadas, mas descobertas. (Manziona, Sydney, 2006).

No segmento do Terceiro Setor, é vital as organizações manter uma forte relação com a imprensa, doadores, parceiros, voluntários, público interno e investidores, a fim de conquistar posicionamento de mercado e assegurar a visibilidade da organização.

A comunicação de marketing é um dos aspectos mais relevantes e precisa ser muito bem trabalhada para manter um bom posicionamento de mercado. É preciso divulgar as ações por meio de propaganda na TV, redes sociais, mídia impressa, entre outros meios. Também promover o marketing interno, ou seja, estratégias para que os próprios funcionários divulguem a causa e os diferenciais da organização.

Normalmente, o marketing é visto como a tarefa de criar, promover e fornecer bens e serviços a clientes, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas. Na verdade, os profissionais de marketing envolvem-se no marketing de bens, serviços, experiências, eventos, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e ideias. (KOTLER, 2000, p. 25).

Empresas que vendem seus produtos a organizações sem fins lucrativos, como igrejas, fundações, instituições de caridade ou órgãos públicos, precisam determinar seus preços com cautela, pois essas organizações têm poder de compra limitado. Preços mais baixos afetam as características e a qualidade que o fornecedor pode incluir em sua oferta. (KOTLER, 2000, p. 29).

### 3.6 Captação de Recursos

A captação de recursos das organizações do Terceiro Setor advém de diversas fontes, como doações, trabalhos voluntários, projetos sociais, entre vários outros recursos. Para conseguir um impacto social, as ONGs precisam desenvolver projetos tecnicamente planejados e estruturados.

Recorrendo a Tenório (2008, p. 142), observar-se que a captação de recursos pode ser analisada da seguinte forma, a principal motivação para a captação e mobilização de recursos é garantir a viabilidade de um projeto e, ao longo prazo, de uma comunidade organizada, mantendo-os estáveis e produtivos. Essa atividade integra as ações necessárias para construir e garantir a sustentabilidade do projeto. Pode se afirmar que, atualmente, a maioria das organizações sem fins lucrativos é vulnerável, bem como boa parte das iniciativas comunitárias possui poucos recursos e, em geral, uma única fonte de apoio. A captação e a mobilização, quando planejadas, contribuem para que a comunidade diversifique a origem dos seus recursos e diminua o grau de vulnerabilidade ao qual está exposta como, por





exemplo, a mudança de prioridades ou políticas de financiadores locais, nacionais ou internacionais.

Captar recursos vai muito além do que conquistar pessoas que se sensibilizem com a missão da organização. É um assunto que gera atenção especial, pois as entidades são diferentes, as formas de captação, bem como o plano estratégico para completar recursos são diferentes. As possibilidades de alcance de recursos são várias, porém as organizações precisam trabalhar as arrecadações de fundos.

## **4 Estudo de Caso: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Franca/SP**

### 4.1 Histórico

A criação da APAE na cidade de Franca surgiu no final do ano de 1967, quando o Dr. Wilson Fonseca e Dr. Alfredo H. Costa, membros da comissão de assistência aos Excepcionais do Rotary Club Franca Centro, sensibilizaram-se com os relatos e necessidades enfrentadas pelas famílias e impulsionaram a Fundação da APAE-Franca.

Juntamente com o Rotary, o Lions Club de Franca e a Maçonaria preocupados com a deficiência decidiram reunir pessoas da sociedade de Franca para debater as necessidades dos excepcionais e alavancar a APAE.

No ano de 1969, o atendimento ao excepcional no município de Franca se resumia a cinco salas de aula nas seguintes escolas: Escola Municipal Cavaleiro Petrágia, Escola Municipal Prof. Miranda Barbosa Sandoval e Escola Municipal Profa. Amália Pimentel. Sr. Wilson Fonseca se prontificou a visitar a APAE de São Paulo, com objetivo de conseguir orientações sobre o trabalho, verificação do estatuto e outros. Com as informações obtidas foi convocada uma reunião com o intuito de estabelecer os próximos passos para a fundação da entidade.

Em 15 de janeiro de 1970, em uma reunião deste grupo de amigos que trabalhavam liderados por Sr. Alfredo H. Costa e Sr. Wilson Fonseca foi criada uma comissão para elaboração do estatuto da APAE-Franca, a comissão foi formada por: Dr. Rubens J. Conrado, Paulo Rubens de Almeida, Wilson C. Fonseca, Alberto Donadelli, Egídio Pucci, Sebastião A. Junqueira, Dr. Geraldo A. Ribeiro, Profa. Edda Scarabucci e Profa. Maria Helena Martins Mello.

No dia 24 de janeiro de 1970, foi realizada a Assembleia Oficial de Fundação da APAE-Franca, com a presença do Dr. Nelson de Carvalho Seixas (presidente da APAE de São José do Rio Preto e 1º Vice Presidente da Federação Nacional das APAES) e Sr. Jorge Alexandre Attiê (Presidente do Rotary C. Centro). A solene reunião presidida pelo Primeiro Presidente da APAE-Franca, Sr. Wilson Coolidgi Fonseca, foi realizada na sede do Rotary Club Franca.

Surge, então, a APAE de Franca. Eleita a diretoria e aprovado o estatuto, a primeira providência tomada foi registrar em cartório em 15 de outubro de 1970.



Em 30 de junho de 1971, a APAE-FRANCA recebe o Título de Utilidade Pública Municipal, através da Lei Municipal nº 1.985, promulgada pelo Prefeito Municipal Dr. José Lancha Filho.

Em 14 de agosto de 1972, a Prefeitura Municipal de Franca, através do Departamento de Educação e Cultura do Município firmou um convênio com a APAE-Franca para a promoção e execução dos programas e planos de ensino. Neste ano a diretoria da entidade realizou também a sua primeira promoção para auferir recursos para desenvolver serviços.

No ano de 1973, a APAE-Franca inicia as suas atividades na rua Tiradentes, atendendo em regime de externado das 8 às 12 horas. Este atendimento era realizado numa casa cedida pela família Haber. No início eram três salas de aula e a equipe de profissionais era composta por: uma assistente



social, três médicos voluntários, uma orientadora pedagógica, uma fisioterapeuta e uma estagiária voluntária. Eram atendidos 25 crianças excepcionais. Além da parte educacional, era ofertado o atendimento de fisioterapia, alimentação e recreação. Este atendimento era realizado numa casa cedida pela família Haber, Em 01 de janeiro de 1974 a APAE foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social recebendo o título de entidade de fins filantrópicos, atual CEBAS - Certificado de Entidade de Assistência Social.

Em ação conjunta, um grupo de voluntários buscava despertar o interesse da comunidade pela APAE. Organizavam grupos de trabalho para organização de diversos eventos e promoções, como: feiras, bazares e outras ações em prol do excepcional, este grupo denominava-se Movimento Pioneiro de Assistência ao Excepcional – MOPAE

Em 02 de outubro de 1973, o Prefeito Municipal Dr. Hélio Palermo, através da Lei nº 2.184 de 24 de setembro de 1973, autoriza o Executivo a doar um terreno com área de 29.840 m<sup>2</sup>, situado à Av. Dom Pedro I, nº 1871 Jd. Petróglia.

Em 28 de outubro de 1973, a APAE -Franca, representada pelo então presidente Sr. Wilson Fonseca, recebeu a certificação de filiação na Federação Estadual das APAES do estado de São Paulo, durante o XV Encontro das APAES realizado na cidade de Sertãozinho-SP. Neste ano já existiam 126 APAES filiadas no estado de São Paulo e aproximadamente 100 entidades solicitando filiação.

Somente em meados de 1977, a APAE se mudou para a sua sede própria, com a construção do Bloco da Escolaridade com 400m<sup>2</sup>. Neste ano o presidente era Sr. Wéber Dráuzio David e a APAE atendia 82 crianças excepcionais.

Todo o histórico exposto da APAE de Franca/SP foi retirado no site <https://www.apae Franca.org.br/sobre>

#### 4.2 Missão da APAE

Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

#### 4.3 Estrutura Organizacional

Atualmente a Diretoria da APAE de Franca é composta da seguinte forma:

- Presidente: Agenor Gado
- Vice Presidente: Paulo Benintendi Zamikhowsky
- 1º Secretário: João Batista de Lima
- 2º Secretário: Maria Ignêz Tosello Archetti



- 1º Tesoureiro: Raquel de Fátima Andrade Hamuy
- 2º Tesoureiro: Carlos Renato Donzelli

#### 4.4 Demonstrações Financeiras da APAE de Franca/SP

Segundo o que consta no site da APAE sobre suas demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. A Entidade desenvolve as atividades nas seguintes áreas de atuação: Saúde, Educação e Assistência Social e mantém sua escrituração contábil segregada por área de atuação (Saúde, Educação e Assistência Social).

#### 4.5 Resultados da Pesquisa

<b>TEORIA</b>	<b>APAE (PRÁTICA)</b>
Transparência	- A APAE se torna transparente, pois divulga detalhadamente todas as suas informações contábeis em seus relatórios (Balanços Patrimoniais, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas) que ficam disponibilizadas no site dentro do portal



	transparência, para que o público tenha acesso. - Publica seus relatórios contábeis no Diário Oficial de Franca/SP.
Normas e Princípios Contábeis	- É aplicado na APAE os Princípios de

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.apae Franca.org.br/user-files/transparencia/notas-explicativas-2018-final-auditoria-v1-003.pdf>

	Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.
Marketing Social	- A APAE mantém uma relação com a imprensa, doadores, parceiros, voluntários, público interno e investidores. - Divulga as ações por meio de propaganda na TV, redes sociais, mídia impressa, entre outros meios - Promove o marketing interno, ou seja, estratégias para que os próprios funcionários divulguem a causa e os diferenciais da organização. - No estudo de caso, pesquisas realizadas mostram que foi criada a campanha “Seu cupom fiscal vale muito para nós!”. Criada pelo Dote Soluções Publicitárias para promover a captação de notas fiscais e o seu repasse para a organização. A campanha visa buscar novas empresas parcerias para ampliação da rede de pontos de coleta, também tem o objetivo de concretizar a comunidade que pode contribuir sem colocar mão no bolso, doando sua notinha.
Captação de Recursos	- A captação de recursos da APAE advém de diversas fontes, como doações, trabalhos voluntários, projetos sociais, campanhas, entre outros.



	<ul style="list-style-type: none"><li>- A APAE conta com a Central de Doações da APAE-Franca que foi criada em novembro de 1997.</li><li>- A Campanha Cupom Fiscal, tem o objetivo de ajudar a entidade destinando as notas fiscais paulistas.</li><li>- A Campanha "Seu Futuro" foi criada através da parceria da ACIF com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo da campanha é fomentar na comunidade francana a oportunidade de destinar o Imposto de Renda para nossa cidade e ajudar a APAE Franca!</li><li>- Todo ano é realizado na APAE a</li></ul>
--	--

	<p>tradicional Festa di San Gennaro, onde todo o dinheiro arrecadado é revertido para a APAE.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Leilão União de Forças APAE Quem doa mais? Faz parte de uma corrente de leilões que beneficia diversas APAES e entidades em toda a Região.</li><li>- Foi criado em 2002 idealizado pelo Presidente da APAE, Sr. Paulo Zamikhowsky, o Projeto Empresa APAExonada, o projeto inicial conquistou mais de 120 empresas que além de contribuírem com a APAE, também oferecem vagas de estágio e emprego para os usuários da entidade.</li></ul>
--	--

## 5 Considerações Finais

O Terceiro Setor tem apresentado crescimento elevado nos últimos anos e tem exercido de forma significativa no Brasil, como uma nova realidade social, diante da incapacidade do Estado em suprir tal carência, portanto, é de grande importância a presença e o papel das ONGs no cenário nacional, como instrumento de defesa dos direitos da população, propondo e desenvolvendo ações que atendam e comprometam o poder público no compromisso de ajudar socialmente a população excluída, com qualidade e efetividade.

O presente estudo de caso teve como objetivo principal evidenciar a transparência das informações contábeis da associação do Terceiro Setor,



por meio das práticas e dos procedimentos na escrituração contábil, analisando se estão de acordo com as normas e os princípios contábeis, mostrando aos interessados as contribuições desta associação à sociedade.

A APAE é um exemplo que se mostra transparente perante os seus usuários. Tornando -se clara quando, dispõe, todas as suas informações no site para que todos possam ter acesso, demonstrando com clareza a maneira como são captados os recursos.

As demonstrações contábeis e financeiras da entidade seguem e estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com os Princípios de Contabilidade. Foram elaboradas e estão apresentadas em moeda corrente nacional, obedecendo o princípio da competência, para fins de registros dos fatos e elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária e levam em conta a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) que é específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para preparação de suas demonstrações.

## Referências

ALVES, André Luis Centofante. Gestão de Organizações Não Governamentais. Curitiba: CRV, 2015.

APAE Franca. Disponível em: <<https://apaefranca.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ARAUJO, Osorio Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2005.

BARBOSA, Geane. A Evolução das Organizações. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/a-evolucao-das-organizacoes>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GIMENES, Éder Rodrigo. Transparência na Prestação de Contas por Organizações do Terceiro Setor. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/laboratorio/ojs/index.php/Urutagua/article/view/6493/5220>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GUSMÃO, Marcelo Beserra. Captação de Recursos por Organizações do Terceiro Setor: uma análise nas demonstrações e relatórios da APAE se seguem as normas contábeis do setor e uma amostra dos serviços realizados aos usuários da APAE de Campina Grande/PB. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/17413/1/PDF%20-%20Marcelo%20Beserra%20Gusmao.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.



IBRACON NPC nº 27 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Disponível em:  
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

KOTLER, Marisa Viana Pereira. Administração de Marketing. Disponível em:  
<<http://tecemais.com.br/pdf/e8f5301165bb0b7ca0542311988bea69.pdf>>.  
Acesso em: 30 jun. 2019.

Os Princípios de Contabilidade. Disponível em:  
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>  
>. Acesso em: 29 mai. 2019.

PIRES, Davi Ulisses Brasil Simões. O Cadastro Nacional de Entidades do Ministério da Justiça, uma ferramenta a serviço do público. Disponível em:  
<<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/entidades-sociais/anexo/o-cadastro-nacional-de-entidades-socias-do-ministerio-da-justica-artigo-consad-1.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SCHULTZ, Glauco. Introdução à Gestão de Organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão de ONGs Principais Funções Gerenciais. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006.





## Anexo A – Balanço Patrimonial

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franco  
Mantenedora do Centro de Educação Especial "João Maria Vanney"  
CNPJ: 07.010.005/12-0009-03  
CNPJ - Centro Nacional de Atendimento ao Surdo n. 3035001  
Linha de Pessoa Física: 90.344-99/11-2007  
CNAE n. 42.12-3/001-99 - Inscrição Estadual: 11-00000000  


Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franco  
Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em reais)

Notas:	2018	2017
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa (com restrição)	2.758	10.097
Banco Conta Movimento (sem restrição)	2.791	695.690
Aplicações financeiras (sem restrição)	3.272.120	955.635
Aplicações financeiras (com restrição)	3	1.500.711
Subvenções Governamentais a receber (com restrição)	4	272.947
Estoques		186.415
Adiantamentos à funcionários		70.405
Outros ativos circulantes	162.558	173.858
	350	1.223
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.344.821</b>	<b>3.604.034</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Investimentos		
imobilizado	3.390	3.390
5	5.819.663	5.161.549
(-) Depreciação Acumulada	(1.921.556)	(1.626.601)
Intangível		
5	5.468	5.468
(-) Amortização Acumulada	(5.468)	(5.468)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.901.497</b>	<b>3.538.338</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.246.318</b>	<b>7.132.372</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	28.399	43.863
Obrigações com pessoal	194.191	117.353
Obrigações com encargos sociais	115.152	100.767
Obrigações fiscais	36.846	34.384
Subvenções Governamentais a realizar (com restrição)	7	1.835.879
Outras contas a pagar	34.930	45.810
Provisão de férias e encargos	259.534	225.365
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.504.930</b>	<b>2.655.637</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Receitas diferidas	8	1.186.651
Contingências a pagar	9	43.095
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.229.746</b>	<b>138.273</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio Social	4.268.135	2.703.499
Deficit Acumulado		(1.032.755)
Superavit do Exercício	1.243.306	2.470.718
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.511.442</b>	<b>4.141.462</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.246.318</b>	<b>7.132.372</b>

Presidente:  
AGEINOR GADO  
CPF.: 195.264.239-68

Contador:  
LUIS AURELIO PRIOR  
CPF.: 073.771.148-51  
CRC: 16P127873/O-8

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



## Anexo B – Demonstração do Fluxo de Caixa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca  
Manteredor do Escola de Educação Especial "João Maria Vianna"  
CEBAS - Certificado de Entidades de Assistência Social - nº 71010.00543/2009-83  
CNS - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde nº 2033901  
Unidade Pública Federal 95.544 em 15/11/1987  
CNPJ nº 45.826.320/0001-95 - Inscricao Estadual: ISENTA



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca  
Demonstração do Fluxo de Caixa  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em reais)

	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (déficit) do período	1.243.306	2.470.718
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	293.492	290.764
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	(56.752)
Ajuste de exercícios anteriores	126.673	-
Constituição/reversão provisão para contingências	-	(372.096)
Redução (aumento) do ativo		
Subvenções a receber	(86.532)	(90.148)
Estoques	70.405	(70.405)
Outros ativos	12.173	(172.518)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(15.464)	(81.143)
Obrigações sociais e fiscais	93.685	(404.531)
Subvenções governamentais	(463.094)	186.976
Provisão férias	34.168	(24.171)
Outros passivos	1.094.473	(7.542)
<b>Geração (utilização) de caixa as atividades operacionais</b>	<b>2.403.285</b>	<b>1.669.152</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(656.653)	(488.924)
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos</b>	<b>(656.653)</b>	<b>(488.924)</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>1.746.632</b>	<b>1.180.228</b>
Caixa e equivalentes no início do período	3.162.133	1.981.906
Caixa e equivalentes no fim do período	4.908.765	3.162.133
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>1.746.632</b>	<b>1.180.228</b>

Presidente:  
AGENOR GADO  
CPF: 195.264.239-68

Contador:  
LUIS AURELIO PRIOR  
CPF: 073.771.148-51  
CRC: 1SP127873/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Anexo C – Demonstração do Resultado**



Associação de Pais e Amigos das Crianças das Escolas de Princesa  
Rua da União, 200 - Jardim das Palmeiras - Curitiba - Paraná - Brasil  
CNPJ nº 07.073.771/0001-01  
CNPJ nº 07.073.771/0001-01  
CNPJ nº 07.073.771/0001-01  
CNPJ nº 07.073.771/0001-01

Associação de Pais e Amigos das Escolas de Princesa  
Demonstração do Resultado  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em Real)

	2018		2017		
	Atividade Social	Atividade Educação	Atividade Social	Atividade Social	Total da Entidade
<b>RECEITAS</b>					
Receitas de subvenções e contribuições (cont. na página)					
Doações	3.098.020	4.015.207	1.038.429	3.090.837	8.012.493
Proteções	175.000	170.464	545.000	74.845	221.333
Talensalarij	965.942	549.090	1.948.030	484.000	1.423.794
Contribuições	960.212	534.002	328.002	913.264	2.000.158
Outras receitas	81.493	175.154	2.250.810	48.217	2.453.484
Tributos e contribuições	81.114	35.102	38.102	51.503	236.485
Receita financeira	979.236,79	659.290,49	959.290,49	51.503	126.000
<b>Total de receitas</b>	<b>4.899.081</b>	<b>6.336.474</b>	<b>3.392.208</b>	<b>4.707.701</b>	<b>14.296.025</b>
<b>(COSTOS) DESPESAS</b>					
Administrativas e gerais					
Pessoal	472.067	(1.322.272)	(694.390)	(462.134)	(1.028.656)
Tributárias	(3.970.235)	(4.207.153)	(2.314.220)	(3.113.220)	(1.149.467)
Operacionais	611	690	(30)	611	(12.739)
Contribuições	(1.066)	61.224	(11.220)	(34.046)	52.611
Impostos, taxas e contribuições	470.230	450.230	(200.230)	(60.804)	(37.711)
Despesas financeiras	(6.133,134)	(6.207,811)	(6.968,199)	(102.899)	(107.623)
<b>Total de despesas</b>	<b>651.665</b>	<b>465.468</b>	<b>470.825</b>	<b>1.053.468</b>	<b>1.296.226</b>
<b>Superávit/Deficit do Exercício</b>					<b>13.999.799</b>

Contador  
Cristina MARIANO PEREIRA  
CPF: 073.771.488-61  
CFC: 199.230/3-0-4

As notas explicativas de demonstrações são parte integrante das demonstrações financeiras.

Presidente  
Cristina MARIANO PEREIRA  
CPF: 073.771.488-61  
CFC: 199.230/3-0-4



**Anexo D – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca  
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca  
CDSAS - Certificado de Entidade de Assistência Social - Protocolo n. 7010.00548/2008-03  
CNEC - Conselho Nacional de Educação - Resolução de Parecer n. 203/2012  
Laudado pelo Procon nº 03.244 em 15/07/2017  
CNPJ n. 08.36338/0001-65 - inscrição Estadual 12878

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca  
Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017  
(Em reais)

	Patrimônio Social	DRE e/ou Acumulado	Superávit (DRE) do exercício	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.703.499</b>	<b>(1.001.942)</b>	<b>-</b>	<b>1.701.557</b>
Ajustes Exercícios Anteriores	-	(31.712)		(31.712)
Superávit do exercício	-		2.470.718	2.470.718
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.703.499</b>	<b>(1.032.755)</b>	<b>2.470.718</b>	<b>4.141.463</b>
Ajustes Exercícios Anteriores	126.673			126.673
Incorporação do Resultado do Exercício Anteriores	1.437.993	1.032.755	(2.470.718)	-
Superávit do exercício	-		1.243.306	1.243.306
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.268.135</b>	<b>0</b>	<b>1.243.306</b>	<b>5.511.442</b>

Presidente:  
AGENOR GALDO  
CPF - 073.771.149-61  
CRC - 199.264.239-05

Contador:  
LUS AUREO PROR  
CPF - 073.771.149-61  
CRC - 199.264.239-05